



CPMI ouve gestor da Petrobras sobre disputa com a Astra Oil

A batalha judicial que resultou na compra da totalidade da refinaria de Pasadena deve ser explicada a senadores e deputados. Denúncias de suborno motivaram convocação de outro executivo, que também depõe hoje

A CPI Mista da Petrobras ouve hoje depoimentos de dois gestores da estatal. O gerente jurídico internacional, Carlos Cesar Borromeu de Andrade, falará sobre a

disputa judicial com a empresa belga Astra Oil. O diretor de Segurança Empresarial, Pedro Aramis Arruda, deverá esclarecer denúncias de suborno da empresa holandesa SBM Offshore. **3**

A CPI Mista da Petrobras investiga, entre outros temas, a compra de Pasadena e o superfaturamento na construção de refinarias



Jefferson Rudy/Agência Senado

Texto muda aposentadoria integral para servidores **2**

Ciclo de debates avaliará acordo ortográfico **2**

Medida provisória reduz exigência a farmácias **4**

Gerardo Magela/Agência Senado



Cartaz com imagem de Eduardo Campos lembra o homenageado em missa na Catedral de Brasília

Eduardo Campos motiva discursos no sétimo dia após acidente fatal

Todos os discursos pronunciados por senadores ontem em Plenário lembraram o candidato à Presidência da República Eduardo Campos,

que morreu em acidente aéreo em Santos (SP). Na Catedral Metropolitana de Brasília, cerimônia religiosa marcou a data. **3**

Comissão analisará seguro de vida e assistência à saúde para policiais

Projeto de Fernando Collor que aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça torna obrigatórios o seguro de vida e a assis-

tência à saúde para policiais civis e militares. Em parecer favorável, a relatora, Lúcia Vânia, incluiu bombeiros e agentes penitenciários. **4**



Salvador Sotano/GEPI

Riscos da atividade policial motivaram o projeto, ampliado para bombeiros e agentes penitenciários

Coleção Sessões Temáticas

Reforma política, financiamento da saúde e pacto federativo

Conheça o primeiro volume da coleção que apresenta a **íntegra das sessões temáticas**, onde senadores contam com a participação de especialistas em livres debates sobre grandes temas nacionais.



Faça o download em <http://bit.ly/1e5WFGZ>



Senado | Coleção e Marketing

Regra para aposentadoria de servidor pode mudar

Proposta beneficia os que ingressaram no serviço público até 1998. Depois de passar pela Comissão de Constituição e Justiça, o texto será submetido a dois turnos de votação no Plenário do Senado

A REGRA DE transição para aposentadoria integral do servidor público da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios poderá sofrer mudança. A intenção é permitir que o aproveitamento do tempo excedente de contribuição seja contabilizado em dias, e não mais em anos, como estabelece hoje a Constituição.

A medida consta da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 50/2012, de Ana Amélia (PP-RS), que está pronta para ser votada pela Comissão de Constituição e Justiça. O parecer do relator, o senador licenciado Alvaro Dias (PSDB-PR), é favorável à aprovação.

A iniciativa alcança apenas quem ingressou no serviço público até 16 de dezembro de 1998. A PEC 50/2012 modifica um dos dispositivos que precisam ser preenchidos cumulativamente pelo servidor para ter acesso a aposentadoria com proventos integrais.

Atualmente, a Constituição estabelece como idade mínima para aposentadoria do servidor 60 e 55 anos, respectivamente, se homem ou mulher. A Emenda Constitucional 47/2005 abriu a possibilidade de redução desse parâmetro para



O texto está pronto para votação na Comissão de Constituição e Justiça

os servidores que já tivessem cumprido 35 anos de contribuição, se homem, e 30 anos de contribuição, se mulher, antes de alcançar a idade mínima exigida para requerer a aposentadoria integral.

Pelo texto constitucional em vigor, o servidor coberto pela regra de transição que tiver cumprido o tempo de contribuição poderá reduzir um ano da idade mínima exigida para aposentadoria para cada ano a mais de contribuição. A PEC 50/2012 altera essa relação estipulando um dia a menos na contagem da idade mínima para cada dia a mais de contribuição previdenciária paga.

Os signatários da proposta

consideram injusta a regra em vigor e apontam a hipótese de um eventual descompasso entre a data de aniversário do servidor e a data em que o tempo de contribuição fecha o ciclo de mais um ano. O fato acabaria impedindo o servidor de aproveitar o tempo excedente de contribuição por ainda faltarem dias para completar o período de anualidade exigido. Na avaliação do relator, a alteração sugerida pela PEC 50/2012 não só é justa, como também atende o princípio da proporcionalidade, estabelecendo medida mais adequada para definir o momento em que o servidor adquire o direito à aposentadoria voluntária.

Projeto veda nepotismo no serviço público

Aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) proposta que inclui na Constituição regras para proibir a nomeação de parentes de autoridades para cargos em comissão. A PEC 15/2006, da ex-senadora Heloísa Helena, tem parecer favorável de Luiz Henrique (PMDB-SC), que, no entanto, sugeriu um texto alternativo.

A PEC de Heloísa Helena apenas relaciona as diferentes autoridades sujeitas às restrições na nomeação de parentes até o terceiro grau. Na época, ela reconheceu que o administrador deve ter liberdade para

selecionar a equipe de trabalho, mas ressalta que esse poder deve se submeter a limites bem definidos.

“Lamentavelmente, tal mecanismo é frequentemente deturpado com vistas à promoção do nepotismo, não sendo incomum a invocação por autoridades do mais alto escalão de justificativas totalmente desarrazadas para esse comportamento”, afirma na justificativa do projeto.

Luiz Henrique avaliou, porém, ser necessário definir melhor as ações classificadas como nepotismo, principalmente devido a problemas

de interpretação da Súmula Vinculante 13, editada pelo Supremo Tribunal Federal em 2008, que consolidou judicialmente a vedação à prática.

A alteração no texto mantém proibida a nomeação de parentes, mas prevê exceções: casos em que a função ou cargo exercido pelo nomeado seja igual ou superior ao de quem o nomeou; quando a função é igual ou inferior à exercida anteriormente pelo nomeado; ou quando o designado exerce cargo efetivo no órgão ou entidade que o admitiu e não está subordinado a quem o nomeou.

Acordo ortográfico será discutido em audiências

O grupo de trabalho criado na Comissão de Educação (CE) para discutir o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa fará um ciclo de debates sobre o tema.

— O acordo foi concebido em 1970, assinado em 1990 e promulgado em 2008. Já nasceu defasado — analisa o professor Ernani Pimentel, um dos coordenadores do grupo de trabalho e idealizador do Projeto Simplificando a Ortografia.

O objetivo do ciclo de debates é levar propostas a respeito do acordo para exposição no Seminário Internacional Linguístico-Ortográfico da Língua Portuguesa, que será realizado em Brasília em setembro.

— O acordo mantém regras que estão dissociadas da didática moderna. É tão cheio de incoerências que nenhum professor em sã consciência pode dizer que o entende completamente — diz Pimentel.

Segundo o professor, a intenção é simplificar as normas ortográficas. Ele acredita que muitas são mantidas por motivos que não fariam mais sentido.

— A grafia de certas palavras só tem explicação pela etimologia. Mas ninguém se preocupa mais em saber

a origem das palavras. Então temos regras inaplicáveis, que não são práticas.

Já o linguista Carlos Alberto Faraco, da Associação Brasileira de Linguística (Abralín), diz que o país está bem organizado em torno da proposta original e não vê razão para que se reabra a discussão.

— No momento, é prioritário o fechamento do círculo do acordo, que veio não para reformar a ortografia, mas apenas para dissolver a dualidade de ortografias oficiais que estavam criando constrangimentos à internacionalização da nossa língua.

Faraco acredita que o Brasil já está pronto para adotar definitivamente as normas do acordo de forma exclusiva, o que está previsto para acontecer em 2016. Atualmente, vive-se uma fase de transição, em que tanto as regras antigas quanto as novas devem ser aceitas como corretas.

— Desde 2010, todos os livros do Programa Nacional do Livro Didático estão sendo publicados em conformidade com o acordo. O sistema escolar o incorporou sem trauma. Os documentos oficiais estão ajustados. Toda a imprensa brasileira e todas as editoras o adotaram. Em suma, o acordo já está inteiramente implantado no Brasil.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

14h Sessão não deliberativa, sem votações, destinada a pronunciamentos dos parlamentares na tribuna do Senado.

CPMI DA PETROBRAS Depoimentos

14h30 Carlos Cesar Borromeu de Andrade e Pedro Aramis de Lima Arruda, gestores da estatal, falam à CPMI.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Dois funcionários da estatal depõem hoje. Carlos Cesar Borromeu explica ações na Justiça contra a empresa belga Astra Oil. Pedro Aramis fala sobre denúncias de suborno

CPMI da Petrobras investiga disputa judicial

A CPI MISTA da Petrobras ouviu hoje os depoimentos de dois funcionários da estatal. O gerente jurídico internacional da Petrobras, Carlos Cesar Borromeu de Andrade, deverá prestar esclarecimentos sobre a disputa judicial entre a Petrobras e a empresa belga Astra Oil, que resultou na compra, pela estatal, da totalidade da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. Já o diretor de Segurança Empresarial, Pedro

Aramis de Lima Arruda, será inquirido sobre denúncias de pagamento de suborno a funcionários da Petrobras pela empresa holandesa SBM Offshore.

Aramis já foi ouvido pela CPI da Petrobras no Senado. Em depoimento no dia 3 de junho, o diretor assegurou não haver evidências de que a SBM Offshore tenha subornado funcionários da estatal brasileira. Ele acrescentou

que foram 44 dias de investigação, com análise de contratos e aditivos, e o trabalho demonstrou que os negócios seguiram as normas adotadas pela Petrobras.

— Não identificamos indícios de que empregados nossos auferiram vantagem de natureza pessoal ou pecuniária ou receberam qualquer outro tipo de favorecimento.

O requerimento para a convocação de Carlos Cesar

Borromeu de Andrade foi apresentado pelos deputados Rubens Bueno (PPS-PR) e Sibá Machado (PT-AC). De acordo com Bueno, foi Borromeu quem defendeu, depois da compra de Pasadena, a continuação das disputas judiciais para evitar pagamentos adicionais à Astra Oil. O custo total da refinaria é estimado em US\$ 1,24 bilhão.

Na semana passada, a CPI mista ouviria o ex-diretor da

área internacional da Petrobras Nestor Cerveró. O depoimento foi cancelado em razão da morte de Eduardo Campos. Uma nova data ainda não foi definida.

Cerveró é autor do documento que serviu de base para que o Conselho de Administração da Petrobras aprovasse a compra de Pasadena. Ele é acusado de omitir cláusulas importantes do contrato que seria firmado.

Senadores lembram Eduardo Campos no 7º dia após a morte

Ontem foi celebrada na Catedral Metropolitana de Brasília missa de sétimo dia da morte do candidato à Presidência Eduardo Campos, ex-governador de Pernambuco que sofreu acidente de avião em Santos (SP). A cerimônia religiosa reuniu senadores, deputados e outras autoridades.

No Senado, a ausência de Campos foi lembrada em todos os discursos. Os senadores aproveitaram para pedir respeito na campanha eleitoral.

Genildo Magalhães/Agência Senado



A cerimônia religiosa pelo sétimo dia da morte de Eduardo Campos lotou a Catedral Metropolitana de Brasília e inspirou pronunciamentos no Plenário do Senado

Ana Amélia ressalta frase do candidato



A na Amélia (PP-RS) relatou em Plenário a participação

dela na missa de sétimo dia em memória de Eduardo Campos.

A senadora elogiou a declaração de Campos na última entrevista à TV: “Não vamos desistir do Brasil. É aqui onde vamos criar nossos filhos, onde temos que criar uma sociedade mais justa.” Para ela, a melhor homenagem a Eduardo Campos que os candidatos podem fazer é respeitar-se.

— Nós somos adversários, mas não somos inimigos. É essa a conduta que devemos ter — afirmou.

Figueiró cita a esperança de futuro melhor



Ruben Figueiró (PSDB-MS) lamentou a morte de Eduardo

Campos e disse que ele era a esperança de um futuro promissor.

— Eduardo Campos questionava as políticas praticadas há 12 anos no Brasil — disse.

Figueiró aproveitou para defender algumas medidas, como parcerias com o setor privado, o investimento em infraestrutura e a regulamentação de setores importantes, como o transporte por rios e ferrovias.

— É passada a hora de nosso país ter marcos regulatórios claros — afirmou o senador.

Kaká destaca trajetória do ex-governador



Kaká Andrade (PDT-SE) homenageou o ex-governador

lembrando a vida de Eduardo Campos desde a infância e destacando a trajetória política.

O senador citou o alto índice de aprovação no governo de Pernambuco. A satisfação dos eleitores, para Kaká, foi resultado da transformação obtida com a redução nos índices de mortalidade infantil e de violência. Ele disse acreditar que Campos poderia ter obtido melhores índices nas pesquisas após o início da propaganda eleitoral e, sobretudo, após a entrevista que deu ao *Jornal Nacional*.

Casildo registra condolências de catarinenses



Casildo Maldaner (PMDB-SC) registrou condolências do povo

de Santa Catarina pela morte de Eduardo Campos e disse que reuniu-se com ele algumas vezes no ano passado. O senador classificou o ex-governador como uma “jovem liderança”.

Casildo também disse que a propaganda eleitoral no rádio e na TV, que começou ontem, marca o início do que ele chamou de primavera eleitoral, quando candidatos se apresentam à sociedade e defendem propostas. Ele advertiu que os candidatos devem agir com a lisura que a atividade política exige.

Fleury critica “desrespeito” durante missa



Fleury (DEM-GO) relatou em Plenário ter assistido à missa

de sétimo dia e lamentou o que classificou de “falta de respeito” de jornalistas e fotógrafos. Para ele, os profissionais se “esqueceram que estavam em um templo e invadiram, não respeitaram o limite”. O senador ressaltou que a igreja não é uma “casa da mãe Joana”.

— Quero cumprimentar os que respeitaram, e acho que é o mais importante, a faixa de segurança, para que o altar fosse preservado — afirmou.

Segundo Fleury, o motivo foi a presença do vice-presidente da República, Michel Temer.

Odacir diz que eleições são oportunidade



“As eleições são uma oportunidade para o Brasil

refletir sobre si mesmo e verificar rumos”, disse Odacir Soares (PP-RO).

O senador considera o programa eleitoral gratuito no rádio e na televisão, cuja transmissão começou ontem, importante nesse processo porque permite ao candidato apresentar propostas ao eleitor, que pode conhecer melhor os concorrentes.

Na avaliação do parlamentar, muitos candidatos agem como se o eleitor não conhecesse os problemas do país e dos estados.

Jefferson Ruy/Agência Senado

Jefferson Ruy/Agência Senado

Jefferson Ruy/Agência Senado

Jefferson Ruy/Agência Senado

Jefferson Ruy/Agência Senado

Jefferson Ruy/Agência Senado

Texto de Fernando Collor destinava-se apenas a policiais civis e militares, mas versão da relatora na Comissão de Constituição e Justiça, Lúcia Vânia, incluiu bombeiros e agentes penitenciários



Iniciativa contribui com a segurança e profissionais poderão exercer de forma mais plena a missão, segundo autor do projeto

Projeto busca assistência à saúde e seguro para policial

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar, em breve, proposta de emenda à Constituição que garante assistência à saúde e seguro de vida a policiais civis e militares. A PEC 16/2014, do senador Fernando Collor (PTB-AL), deve constar da pauta da próxima reunião da comissão, em data a ser definida.

Na proposta, Collor sugere acrescentar um parágrafo ao artigo 144 da Constituição para garantir aos policiais a assistência à saúde e o seguro de vida, “compatíveis com os riscos de sua atividade profissional”. O texto estabelece

que o custo deve ficar a cargo do ente federado responsável pela respectiva força policial.

“Essa providência possibilitará não apenas que se faça justiça com esses valorosos servidores públicos, como significará, sem dúvida, uma garantia de melhoria da segurança pública, na medida em que permitirá que os profissionais da área exerçam de forma mais plena sua missão”, argumenta o senador.

Em voto favorável à aprovação, a relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), sugere uma mudança para incluir os bombeiros militares e os agentes penitenciários.

Inicialmente, Lúcia Vânia sugeriu apenas a inclusão dos bombeiros militares, por considerar que a categoria corre riscos semelhantes aos enfrentados pelos policiais. No entanto, ela pediu para modificar o relatório, avaliando que, pela mesma razão, as garantias devem ser estendidas também aos agentes penitenciários.

Agora Lúcia Vânia vai solicitar ao presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), que a proposta volte à pauta de votações já na próxima reunião. Se aprovado na comissão, o texto seguirá para discussão e votação, em dois turnos, no Plenário.

Proposta proíbe fotos de autoridades em órgãos públicos

Uma das situações mais comuns em repartições públicas é a exposição de retratos de autoridades, como presidente da República, governador e prefeito. Projeto do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) proíbe essa prática alterando a Lei 8.429/1992, que trata das punições a servidores públicos.

O projeto (PLS 244/2014) estabelece que também será considerada improbidade administrativa a exposição de efigie de autoridades em órgãos públicos. A mesma irregularidade, de acordo com o texto, será cometida em casos de promoção pessoal

de autoridades ou servidores em publicidade oficial.

“Instalações e serviços públicos são bens de todos os cidadãos, não cabendo às autoridades encarregadas temporariamente de sua administração auferir dividendos políticos do simples cumprimento de seus deveres”, argumenta Ferraço.

Entre as penalidades previstas na Lei 8.429, estão o ressarcimento integral do dano, a perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos por até cinco anos e multa. O projeto aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Classificação etária de filmes deve alcançar novas mídias

Informação sobre a natureza da obra e a faixa etária a que se destina deve estar contida na divulgação, venda ou aluguel de todos os conteúdos na forma de imagens, e não apenas nas fitas de vídeo, como é previsto hoje no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA — Lei 8.069/1990).

A ampliação da norma visa garantir que os responsáveis por conteúdos veiculados por novas mídias sejam obrigados a informar a classificação indicativa atribuída ao produto pelo órgão competente.

A modificação no estatuto está prevista em substitui-

tivo do senador licenciado Alvaro Dias (PSDB-PR) ao PLS 493/2013, de Eduardo Amorim (PSC-SE, também licenciado), e ao PLS 360/2012, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), que tramitam em conjunto na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Também está previsto no substitutivo que revistas e outras publicações destinadas ao público infanto-juvenil, bem como conteúdos audiovisuais propagados por quaisquer veículos, devem priorizar mensagens educativas, artísticas, culturais e informativas.



Texto relaxa a obrigatoriedade em farmácias caracterizadas como micros ou pequenas empresas

Medida flexibiliza exigência de farmacêuticos em farmácias

Aguarda exame por comissão mista do Congresso Nacional a Medida Provisória 653/2014, que relaxa a exigência de farmacêutico em farmácias caracterizadas como micros ou pequenas empresas. Pela Lei 13.021/2014, publicada na semana passada, a presença desse profissional é obrigatória em todos os estabelecimentos. A regra, porém, só entrará em vigor no fim de outubro.

O deputado Manoel Júnior (PMDB-PB) foi designado relator e o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) é o relator-revisor. Após a análise na comissão, a medida provisória deverá

ser votada pelos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Com a medida provisória, as farmácias enquadradas no Estatuto da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/2006) adotarão as regras da Lei 5.991/1973. Essa lei permite, em casos específicos, a presença de “prático de farmácia, oficial de farmácia ou outro”, inscrito em Conselho Regional de Farmácia, como responsável do estabelecimento. A permissão é feita pelo órgão sanitário em razão de interesse público, como a necessidade de haver farmácia em pequenos municípios.

(Com Agência Câmara)

Bar que vender bebida alcoólica a menor pode sofrer interdição

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) proíbe a venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos. A pena para quem insistir na prática é de dois a quatro anos de prisão, além de pagamento de multa. Projeto do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) amplia essa punição, com a possibilidade de interdição do estabelecimento por até 30 dias.

De acordo com o PLS 10/2014, os empresários ou responsáveis por esses estabelecimentos devem pedir documentos para comprovar que o comprador é maior de idade, assim como garçons e demais atendentes.

A proposta do senador também altera a Lei 9.294/1996, que trata de restrições ao uso e à propaganda de cigarros, bebidas, remédios, terapias e defensivos agrícolas. O projeto determina que, nos lugares que vendem bebidas alcoólicas, devem ser fixados cartazes com advertências quanto ao consumo de álcool e quanto à possibilidade de prisão para quem dirige bêbado.

O texto está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para designação de relator e análise. Depois segue para votação final na Comissão de Direitos Humanos (CDH).



Bebida alcoólica só pode ser vendida quando documento comprovar maioridade, segundo projeto